

ACTA N.º 5/2010

Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório Municipal, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO. 13/SA/2010;**
- 3. ALTERAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES MEDIANTE A INTRODUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR – DEPARTAMENTO DE OBRAS E FOMENTO MUNICIPAL;
- ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DE 2º GRAU DEFINIDO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. AJUSTAMENTOS AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº 81/GAPV/2010;**
- 4. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2011. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA Nº.82/GAPV/2010;**
- 5. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS CIDADES DE TRÁS-OS-MONTES - ECOCITRAS – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS. PROPOSTA 83/GAPV/2010;**
- 6. APROVAÇÃO À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA.
- TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO IMÓVEL DESIGNADO POR “ESCOLA PROFISSIONAL DE CHAVES” PARA A ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA. PROPOSTA 84/GAPV/2010;**
- 7. RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIM-TM;**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas.

Maria Aline da Silva Ferreira Caetano

Ana Paula Fernandes de Jesus Moura

Raul Fernandes Salvador

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Márcia Cristina de Jesus Teixeira

Luís Manuel Geraldês Teixeira Araújo

Maria da Graça Rodrigues Silva

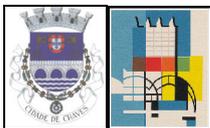
Ana Maria Guedes Chaves Fernandes

Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos

José António Trindade Mendes

Ana Margarida Vaz Alves Chaves

Rui Jorge Lousada Alves



A acta número cinco, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

Posta à votação foi aprovada por noventa e nove votos a favor e abstenção por ausência na última sessão e 1 voto contra do Senhor José Pimentel Sarmento.

Nesta fase dos trabalhos o Senhor Presidente da Mesa pediu autorização para introduzir um ponto na Agenda de Trabalhos ao abrigo do art. 83º traduzida na seguinte proposta: **OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DA QUINTA DOS MONTALVÕES (OUTEIRO SECO): DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA; - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE LOTEAMENTO. PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**

A Assembleia autorizou o agendamento deste ponto.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para explicar o carácter de urgência deste assunto. Antes, porém apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes e em seguida disse:

Na Quinta dos Montalvões em Outeiro Seco foi feito o destaque de uma parcela de terreno para implantação da Escola de Enfermagem, ficando a Autarquia impedida de proceder a novos destaques durante dez anos. Entretanto, por iniciativa do Executivo, foi elaborado um Plano de Pormenor para toda a área da Quinta contemplando outras construções ligadas à Ciência e Tecnologia e à Acção Social. Na vertente ligada à Acção Social prevê-se a construção de um Centro de Apoio a Deficientes, por iniciativa da Associação Flor do Tâmega, à qual foi cedido, oportunamente, um hectare de terreno para o efeito. Também a Associação “Mãos Amigas de Outeiro Seco” solicitou uma área naquele local, para implantação de um Lar para apoio à Terceira Idade.

Dado que o Plano de Pormenor não estará concluído atempadamente, e como as Associações de carácter social têm necessidade de se candidatar a todo e qualquer apoio que venha a ser concedido na âmbito da Acção Social, para os fins a que se propõem, sendo condição essencial a posse do terreno, entendeu-se substituir a figura do Plano de Pormenor pela operação de loteamento. Como para aquela zona o PDM ainda se encontra suspenso, tem obrigatoriamente de ser a Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre o assunto e é isso que hoje se pede a este Órgão.

A discussão pública deste loteamento terminou no passado dia 13 de Dezembro em curso e como a próxima Sessão da Assembleia Municipal só terá lugar em Fevereiro de 2011, poderá ficar em causa a possibilidade de aceder a candidaturas que entretanto possam vir a abrir para apoios sociais.

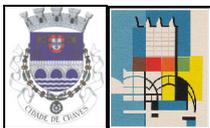
A Câmara Municipal pronunciou-se hoje mesmo em reunião extraordinária, aprovando o pretendido loteamento e vem a esta Assembleia Municipal ao abrigo do art. 83, para o mesmo efeito.

Entrou-se no “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

Neste período usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL NORBERTO DA COSTA SANTOS do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à agricultura no país e no concelho.

“Em Dezembro de 2009 na, sessão desta Assembleia Municipal, fiz uma intervenção em que falei na agricultura. Nessa altura afirmei que o Governo tinha sido rápido a justificar os desvios das metas traçadas, com a crise e suas nefastas influências mas que não serviria para explicar tudo. Muitos dados importantes foram-nos selectivamente ocultados na última legislatura, mas serão paulatinamente descobertos e então saberemos verdadeiramente o estado das nossas finanças públicas.



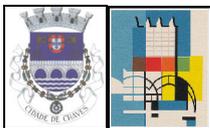
Fruto da gestão pouco cuidada do governo o país vê o seu PIB de tal maneira comprometido com a dívida pública (ameaça atingir os 100% do PIB, quando deveria rondar os 60%), que a nossa credibilidade, como bom pagador, era revista em baixa e as taxas dos empréstimos internacionais agravadas. As projecções da Agência Standard & Poors confirmam um crescimento acelerado da dívida pública. Estas projecções implicavam uma vida mais difícil para os portugueses; os empréstimos passariam a ser mais selectivos e mais dispendiosos, já que, internacionalmente, o dinheiro está bastante mais caro para nós. Infelizmente tinha razão mas estava longe de imaginar que afinal a nossa situação era muitíssimo, mas muitíssimo pior. Identifiquei na altura que um dos sectores que nos podia fazer sair da crise, era o sector primário.

E foi com agrado, que observei o súbito interesse nacional para com o mundo rural e a problemática da agricultura. Até o Senhor Presidente da República se lhe referiu e é um dos assuntos que tem continuado a ocupar um lugar de destaque nas agendas económicas, sócias e políticas. É uma temática com tal peso e força que nenhum poder político que se preze, ignora, mesmo quando não o toma na sua verdadeira dimensão. Até o Santo Padre em 14 de Novembro de 2010, durante a homilia na Praça de S. Pedro afirmou: «É preciso apontar um novo equilíbrio entre a agricultura, indústria e serviços, para que o desenvolvimento seja sustentável e a ninguém falte o pão nem o trabalho, o ar, a água e o resto dos recursos que sejam preservados como bens universais». No entanto, mesmo com toda esta atenção, continua a marginalização da produção em detrimento da comercialização. Uma forma de atenuar esta situação é existir uma estabilização dos preços agrícolas, de forma a limitar os impactos negativos sobre a produção e a correlação de forças entre produtores agrícolas e os restantes agentes económicos tem de ser mais equilibrada.

Os agricultores das zonas rurais mais vulneráveis devem receber apoios específicos que tenham por objectivo a coesão económica, social e territorial. É uma forma de pagamento para continuarem a desempenhar uma função importante na sustentabilidade demográfica social e na ocupação e ordenamento do território.

A agricultura é um sector estratégico e encontra-se na primeira linha da batalha para o desenvolvimento sustentável. É um instrumento de combate à pobreza, através do qual podemos eliminar a carência alimentar e erradicar a insegurança alimentar quer temporária, quer permanente e, também, uma forma de atenuar o desemprego que nos flagela.

A crise petrolífera, com o conseqüente aumento dos combustíveis, vai acarretar, mais dia, menos dia, uma subida enorme nos custos dos transportes, que se vai repercutir no preço final dos produtos alimentares. Assim, vai deixar de ser economicamente vantajoso importar bens alimentares da América, da Nova Zelândia e de outras origens em que as distâncias os tornem proibitivos; mais uma vez nos iremos defrontar com o problema da insegurança alimentar quer temporária, quer permanente, pelo que devemos apostar, atempadamente, na agricultura, antecipar estratégias e estabelecer objectivos e metas bem definidos. Um dos principais desafios com que nos iremos defrontar durante as próximas décadas, é conciliar a segurança do abastecimento alimentar com a sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo que pretendemos o crescimento da produção temos de assegurar a conservação da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos naturais, adaptar-nos e tentar atenuar as alterações climáticas, valorizar as paisagens rurais e contribuir para a vitalidade e coesão económica e social dos territórios rurais. A nossa agricultura não pode ser considerada como uma actividade económica exclusiva porque excede, em muito, o processo económico que é também um processo social, com muitas nuances simbólicas. É um processo de ocupação do território e é um processo cultural (festas populares, matança do porco, malhas do centeio, etc)



Na nossa região e tendo em atenção os objectivos de coesão económica, social e territorial, devem ser promovidas políticas orientadas para a diversificação da economia rural, para o desenvolvimento das infra-estruturas e serviços no âmbito local, para a modernização e organização dos agentes económicos locais e apoio à investigação e ao desenvolvimento, à extensão, à formação e à inovação. Terá de ser a autarquia a desempenhar esta nova missão pois o Governo não tem, para com a nossa região, fortalecido a coesão nacional, muito pelo contrário; cada ano que passa somos mais ostracizados, em detrimento de regiões mais desenvolvidas e com índices de rendimento per capita superiores ao nosso. Mais uma vez o governo se demite de um dos seus compromissos que jurou cumprir – a Constituição da República.

Possuímos um dos únicos vales agrícolas de Trás-os-Montes com condições óptimas para a produção hortícola, das quais destaco: **condições climáticas; perímetro de rega; uma localização estratégica às portas da Europa e servidos por auto estradas sem portagens; infra-estrutura logística - Mercado Abastecedor e a Plataforma Logística**. No entanto as actividades aqui desenvolvidas não retiram o verdadeiro aproveitamento destas vantagens. A veiga encontra-se subaproveitada; falta-lhe um Plano Estratégico para a sua exploração; o regadio, pese embora as melhorias é deficiente e as organizações da lavoura estão, no mínimo, adormecidas. Precisamos de uma estrutura que lidere o sector, desenvolvendo-o, dando-lhe sustentabilidade económica e social, que passa pelo apoio à comercialização e pelo apoio agro-industrial. É com desencanto que verifico o desbaratar do potencial geotérmico das águas para o aproveitamento agrícola. Ao fim de tantos anos e com uma Universidade com vocação agrícola aqui tão perto, nunca foram desenvolvidos estudos para o aproveitamento da geotermia aplicada à agricultura, o que nos teria permitido ocupar um lugar destacado no sector agrícola nacional e a nível internacional. Se isto se passasse na Holanda, não tenho a menor dúvida de que não haveria uma gota de água morna que não fosse aproveitada para o aquecimento.

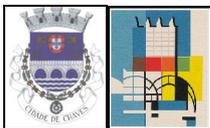
A enorme potencialidade agrícola da Veiga tem de ser aproveitada e, uma vez que as organizações da lavoura se encontram adormecidas, caberá à Autarquia dar o pontapé de saída, a exemplo de outros municípios. Temos um fantástico mercado a dois passos da porta e com um poder económico superior ao nosso. A Espanha já é o nosso maior mercado para as flores de corte, mas ainda temos potencialidade de crescimento e eles, de escoamento.

Outros municípios têm iniciativas muito importantes para a dinamização do sector agrário, senão vejamos: *o fumeiro que é promovido pelos municípios de Vinhais, Boticas, Montalegre entre os principais; o foliar por Valpaços; a castanha por Carrazedo de Montenegro e Vinhais; a caça, a pesca e agora também a castanha por Bragança; e Chaves?*

Tínhamos dois produtos fabulosos que não necessitavam de marketing. Só pelo nome estavam vendidos. Uma era a famosa Couve Penca de Chaves que já não existe e o outro o Presunto de Chaves.

É chegado o tempo de aproveitar o interesse renovado no sector agrícola, de arregaçar as mangas, de unir esforços e de liderar o sector. Temos aqui uma área onde Chaves pode liderar no sector agrícola – o das hortícolas e das flores de corte. O volume de negócios que envolve as flores de corte é de vários milhões de euros em exportações; emprega várias dezenas de famílias entre os assalariados, os produtores e as empresas associadas à comercialização dos equipamentos.

“O essencial do nosso desenvolvimento está nas nossas cabeças”, assim devem ser fomentadas acções que promovam a formação, a inovação tecnológica e a sua divulgação. O repto que lanço ao executivo camarário é o da realização de dois em dois anos de uma feira temática sobre a horticultura e sobre a produção forçada de hortícolas e flores de corte.



Deixo igualmente o desafio à Autarquia para a realização de um colóquio sobre Águas Termais - potencialidades de utilização, com realização intercalada com o anterior evento e em que no primeiro evento o principal tema seria “Potencial da Geotermia na Agricultura”.

Terminou desejando a todos um Feliz Natal e que 2011 permita que os portugueses retomem a confiança no futuro, com um novo rumo

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – iniciou a sua intervenção desejando a todos um Feliz Natal e um Bom Ano de 2011, apesar de não ter nenhum motivo para imaginar que 2011 seja um Bom Ano.

Ao longo dos últimos anos, a CDU tem vindo alertando para a crise no interior de Portugal e que ela teria tendência a aprofundar-se e a tornar-se endémica. Este discurso não foi bem aceite por vários deputados, mais propriamente do lado da bancada do Partido Socialista, achando-o exagerado, mas pelos vistos não era. A crise está aí, com um governo que vai usando essa mesma crise para tomar as medidas quando entende que deve tomar, tendo tido como pano de fundo em 2009 os interesses eleitorais.

É verdade que em Portugal há muita corrupção e muito compadrio. Ao longo dos últimos 30 anos tem-se verificado que pessoas que ocuparam cargos no governo passam em seguida, com toda a facilidade, para empresas públicas/privadas, onde usufruem de medidas que eles implementaram quando eram Ministros/Secretários de Estado e a mensagem que passa é que o problema português é de falta de competência. Temos tido governos e parlamentos que desenham as leis para benefício dos principais grupos económicos e com essas políticas a economia portuguesa e o Orçamento de Estado estão em desequilíbrio.

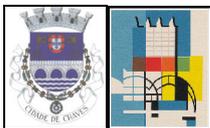
Estamos em crise mas os lucros dos principais grupos económicos continuam a crescer. É difícil de entender que perante o sector financeiro, a banca, os seguros, a EDP, a PR, a GALP e todas as empresas que se constituíram como grupos económicos privados, com a manipulação do Estado e do Governo, continuam a aumentar os seus lucros. Isto significa que a crise não é para todos.

Os cortes orçamentais por sua vez são muito democráticos porque são iguais para todos e reflectem a noção de igualdade que impera no actual Governo. Ao cortar no Fundo de Financiamento das Autarquias esqueceu-se que existem autarquias no interior para as quais as transferências do estado têm um enorme peso nos seus orçamentos, totalmente diferente das autarquias do litoral e das grandes cidades. As próximas vítimas serão as freguesias com menos de X habitantes com a previsão de serem eliminadas. Tudo isso se vai repercutir na Região do Alto Tâmega.

Vamos ter consequências prejudiciais pela gestão da água pública; vamos continuar a pagar o IVA muito acima da vizinha Espanha e vamos assistir ao aprofundar da crise do pequeno comércio. É isso que nos espera e é isso que a CDU vem aqui denunciar e dizer que podem contar connosco para fazer todas as propostas, mas também toda a contestação de que é exemplo a greve geral de 24 de Novembro que paralisou grande parte da actividade económica. Diremos ao Governo que não é possível continuar com estas políticas e tomar as mesmas medidas que levam sempre os trabalhadores por conta de outrem a pagarem a crise.

Este corte nos salários dos funcionários públicos vai sentir-se, de uma forma muito forte nesta Região, que depende muito do salário público, sobretudo a partir de Janeiro quando o consumo privado diminuir. É nosso entendimento que o ano de 2011 vai ser muito pior do que 2010, mas depende de todos nós a contestação de políticas erradas que vão levar ao empobrecimento da maior parte dos portugueses.

MARIA MANUELA PEREIRA TENDER do PSD – Cumprimentou os presentes, deixando desde logo os votos de Boas Festas e em seguida disse:



Está a terminar o ano das Comemorações do 1.º Centenário da República Portuguesa. Para os republicanos a instrução representava um factor de liberdade e de libertação do homem, por isso a educação era um dos ideais da República. Ao longo deste século, houve avanços e retrocessos no compromisso nacional de alfabetização da sociedade portuguesa.

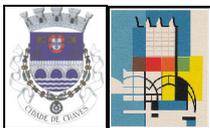
Mais recentemente, no período pós-25 de Abril, assistimos à democratização do ensino condizente com os ideais que nortearam esta Revolução, abrindo-se a escola à comunidade, com a participação directa das populações, defendendo a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos por parte de todos os alunos, a criação de condições necessárias para que as escolas portuguesas tenham ambientes educativos propícios ao processo de ensino - aprendizagem e facilitadores ou promotores do sucesso educativo, a construção de uma escola democrática e de qualidade onde todos possam formar-se, cultivar-se, desenvolver-se como cidadãos.

A própria Constituição da República Portuguesa inscreveu, no ponto 1 do art.º 73.º, o direito de todos à educação e à cultura e no Art.º 74.º o Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.

A aprovação da Declaração de Salamanca, em 1994, constitui uma referência incontornável no percurso de construção de uma escola inclusiva, com efectiva igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso a todos, incluindo as crianças com necessidades educativas especiais, situando a questão dos direitos das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no contexto mais vasto dos direitos do homem e, por isso, refere a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

O modelo da escola inclusiva é uma exigência social e política, é a tradução, em termos educacionais, dos valores da democracia, da justiça social e da solidariedade. Mas não podemos esquecer que o caminho para uma escola inclusiva é complexo e exige uma grande conjugação de esforços por parte de numerosos intervenientes: Assembleia da República, Autarquias, Instituições de Ensino Superior, Órgãos da Comunicação Social, Sindicatos e Associações de Professores, Associações de Pais/E.E. e Estabelecimentos de Educação e de Ensino e muito particularmente do Governo da nação pelo poder de decisão e pelas responsabilidades acrescidas nesta matéria. A construção duma escola verdadeiramente inclusiva assenta numa acção multidisciplinar onde se integram obrigatoriamente vários parceiros que possam assegurar, de modo articulado e flexível, os apoios indispensáveis ao desenvolvimento de uma escola de qualidade para todos, criando as condições para a integração e o sucesso de todos os alunos. Entre esses parceiros, destacamos hoje aqui os serviços de psicologia e de orientação vocacional de cujo apoio carecem, actualmente, os alunos que frequentam várias escolas e agrupamentos de Chaves, nomeadamente os do agrupamento Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, os da Escola Secundária Fernão de Magalhães, os da Escola Secundária Dr. António Granjo. Actualmente, são várias as leis da República que consagram o direito ao acesso aos serviços de psicologia e orientação por parte dos alunos, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo, ao Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio, à Lei n.º 39/2010, de 2 de Setembro, que procede à segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário.

O Decreto-Lei n.º 190/91, que cria os serviços de psicologia e orientação vocacional, apresenta a orientação educativa como uma importante componente de todo o processo educativo, cujo papel é o de acompanhar o aluno ao longo do percurso escolar, contribuindo para identificar os seus interesses e aptidões, intervindo em áreas de dificuldade que possam surgir na situação de ensino -aprendizagem, facilitando o desenvolvimento da sua identidade pessoal e a construção do seu próprio



projecto de vida. Ao criar os serviços de psicologia e orientação, este diploma visa dotar o sistema educativo das necessárias estruturas especializadas de orientação educativa que assegurem a realização das acções de apoio psicológico e orientação escolar e profissional previstas na Lei de Bases do Sistema Educativo. Aos serviços de educação e psicologia atribuem-se desígnios como o contributo decisivo para a concretização da igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a escola e o mundo de actividades profissionais, melhorando a rede de relações recíprocas indispensáveis ao desenvolvimento pessoal, interpessoal e comunitário no contexto escolar nacional. A Lei n.º 39/2010, na alínea i) do art.º 13.º, institui como direito de todos os alunos “beneficiar de outros apoios específicos, necessários às suas necessidades escolares ou às suas aprendizagens, através dos serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços especializados de apoio educativo”.

Assim, considerando que a construção de uma escola inclusiva, democrática e de qualidade, onde todos tenham as mesmas oportunidades de acesso e de sucesso tem sido declarada como objectivo central das políticas dos governos nacionais e tem tido tradução na assinatura de tratados e declarações e na aprovação de leis da república portuguesa, considerando ainda que o direito ao apoio dos serviços de psicologia e orientação está consignado na lei e que compete ao governo dar o exemplo no seu cumprimento, manifestamos o nosso descontentamento e a nossa preocupação relativamente à discriminação negativa de que estão a ser vítimas os alunos das nossas escolas e interrogamo-nos se os alunos das escolas do litoral estarão nas mesmas circunstâncias ou se será mais uma discriminação do interior.

Conhecemos a actual conjuntura económica do país. Entendemos que é necessário reduzir despesas, mas não podemos aceitar, como já sublinhou o Sr. Presidente da República, que os cortes orçamentais coloquem em causa direitos constitucionalmente garantidos e a felicidade e o futuro escolar e profissional das nossas crianças, adolescentes e jovens.

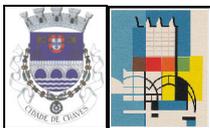
A complexidade da sociedade actual e as implicações, a variadíssimos níveis, da crise que se faz sentir tornam estes apoios especializados ainda mais necessários nas nossas escolas: não são apenas os alunos com necessidades educativas especiais que necessitam deles, são os alunos com dificuldades de aprendizagem pelas mais diversas razões, os sobredotados, os hiperactivos, os que têm problemas de integração, os oriundos de famílias desestruturadas, os que necessitam de apoio psicológico ou, *inclusive*, de orientação vocacional. Privar os nossos alunos destes apoios agrava as desigualdades sociais, a desorientação vocacional, as desintegrações e a segregação.

A autarquia flaviense tem colaborado com as escolas disponibilizando serviços de um psicólogo, mas cabe ao Governo colocar profissionais especializados ao serviço da educação integral dos nossos alunos, contrariamente ao que se tem verificado que é a redução do número de professores afectos às necessidades educativas especiais e a falta de colocação de psicólogos.

Perante o exposto, solicitamos que os Ex.mos Srs. Deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo do nosso distrito, em particular os que honram com a sua presença esta Assembleia Municipal, se dignem interpelar o Governo sobre o incumprimento da lei que lesa os legítimos interesses dos nossos alunos.

DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que continuará atento aos problemas do Hospital e a denunciar todas as situações que sejam lesivas dos interesses dos seus utentes.

“Há uns dias atrás tive de recorrer aos serviços de urgência do Hospital de Chaves e encontrei uma situação anómala. Havia imensa gente em espera para atendimento com pessoas deitadas em macas pelos corredores, falta de médicos – um caos. Como



não melhorei, passados três dias voltei à urgência e já não vi macas nos corredores. Explicaram-me que tinha estado no Hospital uma Delegação Americana/Mexicana e tiveram de limpar tudo; efectivamente o aspecto da urgência era bem mais arrumado. Essa Delegação, que veio avaliar o nosso Hospital, ficou hospedada numa unidade hoteleira de Chaves e a viatura que transportou os seus elementos do hotel para o Hospital foi cedida pelo CHATMAD, regressando diariamente a Vila Real duas vezes por dia. Isto mostra bem o tipo de gestão feita pelo Centro Hospitalar. Certamente a avaliação feita pela mencionada Delegação foi boa, mas só foi pena que não tivesse vindo uns dias antes, quando nevou e a A24 este interrompida. Nesses dias houve situações de doentes que foram dados de alta em Vila Real e não puderam regressar a Chaves, ficando abandonados à sua sorte à porta do Centro Hospitalar, esperando que os autocarros conseguissem passar para regressar às suas casas.

Esta é a realidade dos nossos Serviços de Urgência, onde para além de médicos há falta de medicamentos; hoje os utentes têm de vir à farmácia comprar medicamentos que lhe deviam ser ministrados naquele serviço.

Apresento publicamente as minhas desculpas à Senhora deputada Paula Barros, reconhecendo que houve uma falta de ética da minha parte para com a Senhora deputada.

Gostava de responder com mais precisão ao Senhor deputado Manuel Cunha sobre as culpas da governação, mas apenas lhe vou dizer que, nos últimos quinze anos, o Partido Social Democrata apenas esteve no Governo dois anos e meio. O Partido Socialista governou treze anos e continua no poder. Só para reflexão, no Governo do Senhor Professor Cavaco Silva o nosso défice era de 48%, no tempo do Senhor Dr. Santana Lopes era de 66% e agora com o Partido Socialista está em 86%.

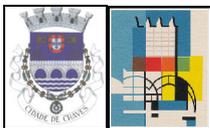
Terminou desejando a todos um Feliz Natal e um Bom Ano de 2011.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que foram colocadas:

Concordando com a primeira parte da intervenção do Senhor deputado **Manuel Norberto da Costa Santos**, nomeadamente no que referiu sobre as potencialidades e medidas que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura.

Quando se diz que a Câmara Municipal deve intervir eu pergunto: **1º**. Se for a Câmara a intervir para que necessitamos do Ministério da Agricultura? Em Chaves temos um conjunto de Serviços - Serviços Agrícolas, o IFADAP- vocacionados para essa área que devem apresentar propostas; se tiver de ser a Autarquia a tomar as iniciativas então para que servem efectivamente esses serviços? **2ª**. Pergunto a estes Serviços, que foram criados para apoiar os agricultores, se alguma vez apresentaram propostas iniciativas/sugestões à autarquia que não fossem apoiados? Não. A questão não é atribuir responsabilidades à Câmara Municipal mas sim tomar as iniciativas adequadas, nomeadamente aqueles que têm responsabilidades directas.

Gostaria de recordar a esta Assembleia Municipal que desde 2004 vem sendo desenvolvido na Autarquia um Serviço de apoio às iniciativas locais, com particular incidência nas que se relacionam com as actividades agrícolas e produtos endógenos. Há oito anos atrás havia uma cozinha tradicional no nosso Concelho e hoje existem nove em funcionamento; os produtores eram em número reduzido e pouco expressivo, do ponto de vista da comercialização desses produtos. Na Feira dos Saberes e Sabores realizada no ano de 2009, os produtores que expuseram, fizeram um considerável volume de negócios, conforme relatórios efectuados. (em Chaves só expõem os produtores do Concelho). O Município tomou a iniciativa de promover a certificação dos produtos locais, cujos cadernos de especificações já foram entregue. Se, efectivamente, os Serviços do Ministério da Agricultura soubessem trabalhar e o fizessem, já os tinham analisado e dado resposta quer fosse positiva, quer fosse negativa, para decidir ou corrigir. Mas isso ainda não aconteceu.

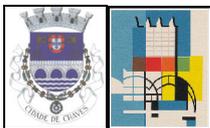


Em 2009 foi batido o recorde relativamente à comercialização do pastel de Chaves que tem hoje várias unidades de produção e se expande por todo o país. Dizer o que faz falta é simples, mas o difícil e esse é o desafio, é fazer propostas e elaborar projectos. Devem queixar-se se solicitarem o apoio da Autarquia e se não o obtiverem. Um dos assuntos que o Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** referiu na sua intervenção foi sobre as transferências do estado para as autarquias locais. Há autarquias que dependem dessas transferências em apenas 20%, mas há as que dependem 95% e por esse efeito o impacto da sua diminuição é completamente diferente. O Município de Chaves em 2008 dependeu cerca de 50% das receitas vindas do Estado; em 2009 as receitas próprias ultrapassaram as receitas provenientes das transferências do Estado e no ano corrente, previsivelmente, as receitas próprias deverão ultrapassar as receitas provenientes do Estado. Em 2011 as transferências do Estado para o Município de Chaves terão um valor inferior de 1.279.121,00€, relativamente ao ano anterior. Será um impacto substantivo que irá influenciar algumas iniciativas que estavam previstas.

O Senhor deputado referiu a questão das águas. Lembro que esta Assembleia Municipal em 2001 deliberou aderir ao sistema das Águas de Trás-os-Montes que se revelou absolutamente ruinoso não só para as autarquias como também para o próprio Estado. As Águas de Portugal têm uma dívida de cinco mil milhões de euros. O défice relativamente a 2009 foi de 883 milhões, o que significa que o objectivo da criação da Empresa “Águas de Portugal” foi o factor potenciador de um negócio que seria muito rentável e com hipóteses de vir a ser privatizado, mas que se revelou ser um desastre total, em termos de rentabilidade económica. Isto aconteceu porque as disparidades são enormes. A título de exemplo informo que as Águas de Trás-os-Montes têm uma tarifa para fornecimento de água em alta, mais cara do que a mais barata do Grupo, em 84%; no saneamento é mais cara 113% do que a mais barata do Grupo. Quando dentro do mesmo Grupo há estas disparidades, é fácil verificar que não pode haver um negócio rentável.

Para as populações isso é mais penalizante porque terão de pagar um valor muito elevado a não ser que as autarquias assumam essa diferença, situação que se irá repercutir nos investimentos a fazer. Esta situação terá de ser repensada e é necessário tomar decisões. O ideal seria adoptar uma tarifa única, como na EDP e assim haveria solidariedade porque a energia eléctrica é tão cara no Algarve como é em Trás-os-Montes.

Os subsistemas do Grupo Águas de Portugal estão todos a implodir. A reunião marcada para o próximo dia 22 vai realizar-se por exigência dos Municípios que são minoritários; a Empresa das “Águas de Trás-os-Montes” desde Abril de 2010 que vêm a adiar sucessivas reuniões. Não sabemos se estará alguém presente da parte do Grupo mas servirá para debater esta situação. Quando o sistema de Trás-os-Montes foi criado seria para servir 36 Municípios, com a intenção dos mais fortes servirem de “suporte” relativamente aos de menor dimensão. Acontece que o Alto Rabagão não serve os Municípios mais próximos porque apenas o de Chaves está a comprar água. Em meu entender ou o Governo, através de Entidade Reguladora, impõe uma tarifa única no País e isso vai intervir nas zonas de mais baixa densidade populacional, (se subir dois cêntimos na área metropolitana de Lisboa desse 25 cêntimos em Trás-os-Montes) ou então que dê autonomia aos Municípios para gerirem os equipamentos. O Concelho de Chaves é auto-suficiente e tem condições para fornecer água à população com qualidade e em quantidade a preços comportáveis sem ter de recorrer ao Alto Rabagão. Relativamente aos equipamentos poderemos adquiri-los pelo valor de 15% do seu custo, o valor da comparticipação nacional, ou então pagar uma renda às Águas de Trás-os-Montes igual àquela que a Empresa nos queria pagar pelos nossos.



O que aconteceu no contexto do País com as Águas de Portugal é que foram investidos mais de quinhentos milhões de euros sem grande aproveitamento do ponto de vista económico/financeiro.

A captação na Barragem do Alto Rabagão é uma das situações em que houve sobreavaliação relativamente às necessidades porque o Município de Montalegre, em meu entender, nunca irá fornecer água a partir deste sistema; Boticas menos ainda e Valpaços, Vila Pouca e parte de Ribeira de Pena também não.

A responsabilidade de captação tratamento e fornecimento de água às pessoas é dos Municípios. Qualquer sistema posterior é subsidiário. Os sistemas criados, nomeadamente os do Grupo das Águas de Portugal eram para tratar e fornecer água em alta. Quando os Municípios podem prestar esse serviço são perfeitamente dispensáveis. O País entrou no sistema numa altura em que tudo era fácil relativamente aos fundos comunitários, mas hoje é muito diferente e essa situação e outras, terão de ser repensadas. É o caso da agricultura em que foram gastos muitos milhões dos quais não houve qualquer resultado. Quando durante muito tempo se criticou o investimento dos fundos comunitários no betão e no asfalto, no final de tanto tempo é a única coisa que podemos ver e tirar proveito. O resto desapareceu tudo.

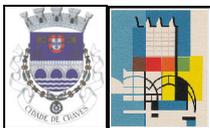
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que ouviu atentamente a explicação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Empresa das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

“ Na altura de adesão à Empresa ficou demonstrado que não havia capacidade para garantir a quantidade e a qualidade da água dentro das regras impostas pela União Europeia. E eu pergunto se não estivéssemos integrados na Empresa teríamos uma nova ETAR com a capacidade e qualidade que temos neste momento”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado dizendo:

De acordo com os dados disponíveis não ficou provado, na altura, que a quantidade de água proveniente dos furos da Veiga, não era suficiente. O Município de Chaves, como os demais, dispõe de um sistema maior que é o de Chaves, mas até 2015 ficará responsável pelo fornecimento de água em todo o território do Concelho, por imperativo legal. A legislação em vigor impõe duas coisas: **1ª**. Em 2011 ou os Municípios apresentam as suas tarifas ou serão apresentadas pelo ERSAR. Mediante isso a Autarquia apresentará a sua proposta de tarifas para esse ano. **2ª**. – Até 2015, todos os sistemas que hoje são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, passarão para a responsabilidade da Câmara Municipal.

Prevê-se que a tarifa possa ser única no Concelho e com isso não concordamos e isso não é justo. Provavelmente nunca vamos abastecer todo o Concelho de Chaves a partir da mesma origem de água e os custos de captação e tratamento não são iguais em todas as freguesias. O que estava em causa com as Águas de Trás-os-Montes não era o Concelho todo; o estudo era para o sistema de Chaves porque nunca a Empresa terá colocado a hipótese de fornecer Segirei a partir de uma origem de água do sistema. Isso seria incomportável em termos de custos. Sempre se pensou em manter os pequenos sistemas de abastecimento. No caso concreto de Chaves apenas houve problemas nos meses de Agosto, dado o grande aumento da população nesse mês, mais precisamente nos primeiros dias porque a partir do meio do mês a situação tinha tendência a normalizar. No que respeita à qualidade esta variou. Na altura eram obrigatórios quatro parâmetros de análises e com a nova legislação temos trinta e dois parâmetros. Até 2008, a partir da nossa origem de captação, cumprimos rigorosamente com os trinta e dois parâmetros sem qualquer falha. Os dois sistemas que apresentavam alguma alteração na cor da água eram o de Vila Verde da Raia e Vidago embora cumprissem os parâmetros de qualidade. Estes dois sistemas melhoraram com o abastecimento a partir da barragem do Alto Rabagão mas o sistema da cidade não teve qualquer melhoria por esse motivo.



A cidade de Chaves entrou em 2001 para um sistema, do qual só começou a beneficiar a partir de 2008 conforme acordado com o então gestor da Empresa Águas de Trás-os-Montes e que cumpriu rigorosamente o que tinha sido estipulado. Havia a perspectiva da Empresa assumir todo o processo – tratamento, distribuição em alta e em baixa – e respectiva cobrança, o que não aconteceu. Se em 2009 os responsáveis nos têm dito que não iriam assumir, quer a distribuição, quer a cobrança, de imediato deixaríamos de consumir água da Empresa, procurando investir no nosso sistema.

O Senhor deputado Anselmo perguntou se não teríamos a nova ETAR. Tínhamos certamente porque em vez de ter sido a Empresa das Águas de Trás-os-Montes a candidatar-se aos fundos comunitários tinha sido o Município de Chaves, com a diferença que a Empresa teve um financiamento de 85% e o Município, nessa altura não passaria dos 75%. Houve uma quantidade de redes de saneamento feitas pelo Município com fundos comunitários que agora as Águas de Trás-os-Montes querem utilizar pagando rendas muito baixas.

O sistema falhou exactamente porque não foram dadas hipóteses aos Municípios de se candidatarem e ainda por terem concentrado tudo nos Grupos distribuídos pelo País, que quiseram ter acesso exclusivo aos fundos do PEAASAR. Esses fundos não chegaram para todos os sistemas e como os Grupos estavam preparados para o fornecimento em alta, investiram nessa modalidade, porque é mais rentável e não ficaram verbas disponíveis para a distribuição em baixa onde, efectivamente, está a raiz do problema.

DEPUTADO JOÃO DOMINGOS GOMES SANCHES do CDS/PP – cumprimentou os presentes e em seguida perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quais alterações verificadas no fornecimento de água domiciliária e para a agricultura e se podem esperar no Concelho de Chaves, pela construção das novas barragens no rio Tâmega.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que não haverá nenhuma alteração.

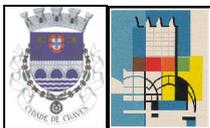
DEPUTADO ANTÓNIO PIRES DE ALMEIDA do PS – depois de cumprimentar os presentes referiu-se à questão das Águas de Portugal.

“O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha sugeriu, oportunamente, que este assunto fosse objecto de discussão numa Assembleia como ponto na ordem de trabalhos e eu estava a aguardar que o mesmo fosse agendado.

O Senhor Presidente da Câmara tem vindo a explicar esta questão mas por vezes não são referidas algumas das causas que deram origem à adesão do Município de Chaves à Empresa Águas de Trás-os-Montes. A Directiva Comunitária da Água e respectiva legislação são muito claras. Para o seu cumprimento é necessário ter em atenção a responsabilidade que cabe a todos os agentes que estão na sua comercialização e no seu fornecimento. Essa foi a principal razão que levou à adesão a este sistema multimunicipal que foi estudado em termos económicos, mas sobretudo com a preocupação da qualidade.

Temos água no nosso Concelho, num grande número de aldeias e freguesias, que não respeita os parâmetros de qualidade durante todo o ano e quem tem obrigação de fiscalizar é o Município e a Delegação de Saúde. Pelos Boletins analíticos verifica-se que em determinadas épocas do ano os valores obtidos são preocupantes e, de uma maneira geral, esses valores apenas respeitam os parâmetros bacteriológicos. As análises físico-químicas são mais esclarecedoras e preocupantes. Quando aderimos ao sistema fizemo-lo com alguma ponderação e o problema económico foi o que menos pesou. Pesou mais o problema da saúde pública em que podemos correr um risco muito forte se não houver cuidado na avaliação desta problemática.

Durante o pico do Verão havia carência de água na cidade e em algumas aldeias do Concelho, com maior incidência nos anos secos, e houve a necessidade de fazer opções em termos de futuro, que em meu entender estiveram correctas. Resolveu-se



um problema e há que haver solidariedade e coesão porque foi para isso que foram criados estes sistemas multimunicipais. Se hoje a água é aqui mais cara porque, efectivamente há uma maior dispersão e o número de utentes é inferior ao dos grandes centros urbanos, que se penalizem os grandes centros e tenhamos força para fazer valer os nossos direitos que é ter água de qualidade. Há sistemas nas nossas freguesias onde há mais do que um ponto de abastecimento que são difíceis de controlar, e torna-se difícil garantir a qualidade da água”.

Terminou felicitando o Senhor deputado Norberto Santos pela sua intervenção sobre os problemas da agricultura.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu à intervenção do Senhor deputado António Almeida dizendo que o panorama que traçou, de alguma preocupação, hoje não tem razão de existir.

Houve uma enorme evolução e é justo dar o mérito aos Senhores Presidentes de Junta que assumiram a gestão e fornecimento de água nas suas freguesias onde têm feito um esforço económico enorme investindo em captações, no tratamento e nos programas analíticos que são obrigados, garantindo água com qualidade às populações que representam. Há cerca de dois meses atrás esteve cá a Entidade Reguladora que analisou em pormenor todos os boletins de análises, separando apenas quatro situações onde se verificaram algumas deficiências que foram resolvidas na semana seguinte. Temos freguesias que fornecem água com maior qualidade do que a que é fornecida pela Empresa, o que significa que estão a fazer um trabalho responsável, cumprindo todos as regras exigidas e os Técnicos da Autarquia têm vindo a apoiar a todas as freguesias neste matéria.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Actividades Relevantes - Documento anexo

Outras Informações:

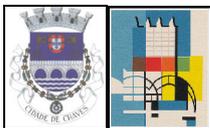
Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que na Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal são referidas duas reuniões sobre a questão das barragens do rio Tâmega e gostaria de saber qual o ponto da situação; se já há alguma resposta do Governo relativamente à construção, às compensações e à cota de construção.

Sobre a reunião do Conselho Municipal de Educação gostaria de apresentar a preocupação de pais e encarregados de educação sobre a falta de policiamento junto à Escola de Santo Amaro no horário de saída dos alunos para evitar possíveis atropelamentos.

Perguntou ainda se há alguma resposta da Comissão de Saúde na Assembleia da República relativamente ao Hospital.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.TOMÁS GONÇALVES do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que a sua intervenção vai no sentido de pedir que a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal seja mais explícita, sem prejuízo dos pedidos de esclarecimento que cada bancada entenda necessário formular. O documento que lhes é entregue será apenas o resultado da



agenda do Senhor Presidente da Câmara e se passar a conter mais informação todos ficaram mais esclarecidos relativamente às reuniões e encontros.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas.

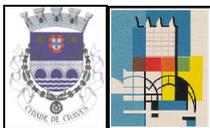
- Esclareceu a Senhora deputada **Brigite Raquel Bazenga** que a informação da Actividade Municipal é constituída por três áreas distintas e que para os Grupos Municipais vai completa porque integra a parte económico-financeira, as obras em curso e os montantes gastos/facturados e outras acções nomeadamente reuniões.
- O Senhor deputado **Manuel Cunha** colocou algumas questões entre elas as barragens do Alto Tâmega. Este assunto tem sido debatido nas últimas sessões da Assembleia Municipal, onde inclusive foram aprovadas Moções. Os estudos feitos para as três Barragens apontam para uma produção de energia superior àquela que seria produzida pelas quatro inicialmente previstas através da bombagem na barragem de Gouvães. Na Barragem do Alto Tâmega, que é aquela que nos diz respeito, aponta-se para a cota 315. Nos últimos estudos com cartas à escala de 1/10.000 e nalguns casos de 1/ 2.000, aparecem diferenças de áreas significativas. O Município de Chaves que numa primeira fase previa uma área de ocupação de noventa hectares, a esta escala e de acordo com cartografia actualizada, passa para cinquenta e dois hectares de área inundada à cota 315.

Sobre as reposições é indiscutível que o que for mexido deve ser repostado. Está a decorrer hoje uma reunião com a Iberdrola onde estão presentes os Presidentes das Câmaras de Boticas Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, que certamente defenderão os interesses do Concelho de Chaves, na minha impossibilidade de estar presente. A concessionária construirá uma única pedreira que fornecerá as três barragens e situar-se-á nas imediações da barragem de Gouvães. O espaço deixado pela pedreira dá para armazenar mais água e não será necessário repô-la, poupando, desta forma nos custos do investimento.

As reposições são obrigatórias. Por força da Declaração de Impacto Ambiental, a concessionária, para além das reposições tem de ouvir a posição dos Municípios/Juntas de Freguesia afectados. Nos casos onde serão afectadas áreas habitadas, deve haver o cuidado de garantir o exercício das actividades por parte das pessoas.

Nas compensações a Iberdrola tentará despende o menos possível e as Autarquias quererão o mais possível. Nesta matéria cada Município apresentou o seu plano e Chaves apresentou um plano de investimento de cerca de vinte e três milhões de euros, sabendo à partida que a concessionária vai tentar diminuir, havendo aqui uma margem para negociação. Os Municípios em conjunto encomendaram ao Professor Luís Ramos – especialista em Ordenamento do Território – a elaboração de um trabalho que responda à Declaração de Impacto Ambiental na vertente sócio - económica e noutras áreas de intervenção. Encomendou ainda um plano de acção com os Municípios – que já foi feito – para contrapor ao que a Iberdrola vai ter de apresentar. Temos um Técnico em contacto permanente com as Juntas de Freguesias envolvidas – Eng.º Paulo Valoura – do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento que acompanha toda essa acção de coordenação com a equipa do Professor Luis Ramos. O documento está concluído e pronto para apresentar à Iberdrola.

A reunião com o Senhor Ministro da Economia teve a ver com o documento aprovado pela Assembleia Municipal referente à contrapartida de 2,5% sobre a facturação durante os 65 anos da concessão. Essa reunião teve lugar no Porto e o Senhor Ministro comprometeu-se a entrar em negociações com a Iberdrola no sentido de se concretizar a nossa proposta. Será a Associação de Municípios do Alto Tâmega a gerir o fundo. Aguarda-se a entrega do RECAPE onde venham espelhadas todas as situações a cumprir por todas as partes nos próximos anos.



Sobre o policiamento na Escola de Santo Amaro vamos falar com a equipa da Escola Segura.

Relativamente ao Hospital esta Assembleia Municipal aprovou uma Moção que determinava que se fizesse uma petição pública para a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega. Esse estudo foi feito e apresentado no passado dia 28 de Outubro na Assembleia da República, com cerca de seis mil assinaturas. No dia 3 de Dezembro fomos chamados à Comissão de Saúde na AR na presença do respectivo Relator – Deputado João Semedo – para questionar se continuávamos, ou não, interessados na ULS ao que respondemos que sim. Questionou-nos sobre um conjunto de situações, nomeadamente sobre o número de médicos e recursos humanos. Aguardamos que suba rapidamente a Plenário para discussão.

PONTO 2. – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA. INFORMAÇÃO. 13/SA/2010.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que estes Serviços já estão adjudicados pela Autarquia com início a partir de 1 de Janeiro de 2011, mas segundo a legislação em vigor a nomeação do ROC tem de ser sancionada pela Assembleia Municipal.

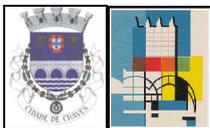
Este ROC é o que a Assembleia Municipal nomeou há três anos e como o contrato não pode ir para além desse limite, eis a razão porque a partir de Janeiro terá de ser assinado novo contrato. Como o valor da prestação de serviços não alterou (quinze mil e quatrocentos euros anuais) e não temos nenhum reparo a fazer sobre o trabalho feito, entendemos adjudicar a prestação deste serviço, para os próximos três anos, à mesma firma.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3. – ALTERAÇÃO DO MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CHAVES MEDIANTE A INTRODUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE ORGÂNICA NUCLEAR – DEPARTAMENTO DE OBRAS E FOMENTO MUNICIPAL; - ALTERAÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS DE 2º GRAU DEFINIDO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. AJUSTAMENTOS AO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. PROPOSTA Nº 81/GAPV/2010.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a 30 de Dezembro de 2009 foi aprovada a estrutura orgânica do Município de Chaves.

O que vem hoje para aprovação da Assembleia Municipal é o número máximo de Unidades Nucleares e Orgânicas do Município. Passado um ano entendemos introduzir uma alteração que se justifica pela seguinte razão: ao optar por uma estrutura hierarquizada temos Unidades de Primeiro Grau, que são os Departamentos; Unidades Flexíveis de Segundo Grau que são as antigas Divisões e Unidades Flexíveis de Terceiro Grau que são dirigentes com grau inferior ao segundo mas que também têm cargos de direcção. Tínhamos vinte e três Unidades – quatro Departamentos, 15 Unidades de Segundo Grau e quatro Unidades de Terceiro Grau. Entendeu-se que a Unidade de Terceiro Grau - Regeneração Urbana – devesse passar para a categoria de Primeiro Grau por razões fundamentais: **1º.**- É na Regeneração Urbana onde se concentra o maior volume de Obras nos próximos anos (29 acções); **2º.** – Em função dessas obras deve ser associada a Unidade de Empreitadas; **3º.** - Como a componente Urbana tem muito peso no contexto das obras a executar, tentámos equilibrar com o Desenvolvimento Rural para continuar um desenvolvimento harmonioso no Concelho. Não houve aumento de Unidades Orgânicas. Mantêm-se as mesmas vinte e três que existiam. O que alterou foi a sua



distribuição. Eram quatro de Primeiro Grau, passaram para cinco, quinze de Segundo Grau, passaram para dezasseis e quatro de Terceiro Grau que passaram para duas.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.TOMÁS, do PS – disse que há Municípios maiores que o de Chaves, com maior volume de obras, e com as mesmas Unidades Orgânicas.

O novo Organigrama do Município foi aprovado em Dezembro de 2009, por unanimidade mas o respectivo Regulamento só foi publicado no Diário da República em Agosto de 2010. As questões de Orgânica são da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara mas, politicamente não podemos deixar em branco, no nosso ponto de vista, alguma falta de eficiência que os considerandos desta proposta deixam transparecer, ao dizer que a necessidade da criação desta estrutura se prende com o facto de a anterior não dar uma resposta eficaz e eficiente. Temos a assunção por parte do Executivo que existia uma Unidade Orgânica que não dava uma resposta tão eficaz e tão eficiente à população. Pode ser que a partir de agora tenhamos mais obras concretizadas.

Também o documento diz que havia a falta de uma estrutura que fizesse a articulação e síntese entre o desenvolvimento urbano e rural do concelho. Mais uma vez temos a assunção de uma ineficiência neste sector.

O Partido Socialista continua a pensar que a organização dos Serviços da Autarquia se traduz numa estrutura pesada em termos orgânicos e de recursos humanos; é elevado o gasto que a Autarquia despense com pessoal e que não se traduz em eficiência.

Este quinto Departamento de Obras e Fomento Municipal, para além da obra e da Regeneração Urbana, terá uma competência muito específica no âmbito do fomento municipal; terá intervenção associada à Regeneração Urbana e Rural, à promoção e acompanhamento de obras públicas, à promoção de operações integradas e planificadas que permitem a valorização urbanística económica e social, quer na área urbana, quer nas áreas mais rurais.

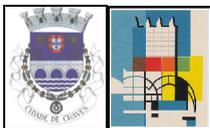
Gostava de relembrar a esta Assembleia Municipal a posição do Partido Socialista no que ao fomento e desenvolvimento municipal concerne. Temos o Mercado Abastecedor, a Associação Flavifomento, a Associação Pró Centro, estruturas e gabinetes que visam o fomento municipal, o desenvolvimento económico e o desenvolvimento rural.

Gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se a criação deste Departamento, com esta especificidade, é o reconhecimento de que nenhuma destas estruturas tem funcionado e logrado atingir o seu objectivo e em que medida a actuação destas estruturas se distinguem - têm de se distinguem para não usar dinheiros públicos em sobreposição de funções – deste novo Departamento.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas pela Senhora deputada **Brigite Raquel** na sua intervenção dizendo que mais uma vez fica provado que o Partido Socialista é capaz de falar de uma não situação, durante muito tempo, sem dizer rigorosamente nada. Efectivamente esta situação não altera nada mas o PS fez disto um caso.

A única alteração que há aqui é a nossa vontade de fazer cada vez mais e melhor, com menos recursos e ter a hombridade de reconhecer que quando uma coisa não está bem devemos melhorá-la. A esta Assembleia Municipal vem apenas o número de unidades. Posteriormente a Câmara Municipal aprova o respectivo Regulamento e a instituição das unidades em concreto; após isso o Regulamento é publicado.

É necessário entender que a unidade de Regeneração Urbana, criada há um ano atrás é apenas uma reorganização que, no nosso entender, vai melhorar a prestação de



serviços. A Câmara Municipal de Chaves continua e fazer obras, sem espalhafato é certo, mas fazemos mais, melhor e com menos recursos.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.TOMÁS do PS – usou de novo da palavra dizendo que um «não facto» mereceu uma não resposta da parte do Senhor Presidente da Câmara.

Foram-lhe colocadas questões muito concretas e pedidos esclarecimentos muito concretos que o Senhor Presidente não esclareceu.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 88 votos a favor, dez abstenções do PS, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4. - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2011. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. PROPOSTA Nº.82/GAPV/2010.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que os documentos de suporte foram distribuídos aos Senhores deputados.

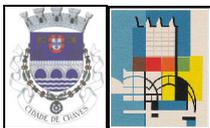
Este Orçamento foi elaborado para um ano difícil e todos temos consciência disso. As Receitas provenientes da Administração Central diminuíram e as Receitas próprias não tem como aumentar. É bom recordar que não aumentámos nenhum imposto municipal, pelo contrário, em função dos índices de localização há a perspectiva do IMI vir a descer. Por seu lado o IMT teve uma quebra acentuada em consequência do abrandamento da actividade económica.

Em termos numéricos o Orçamento para 2011 é semelhante ao do corrente ano que, como já expliquei, resulta de termos potenciado as obras financiadas por fundos comunitários, em que a percentagem de comparticipação aumentou 10% e nalguns casos até mais, com excepção dos sete Polidesportivos que estão em construção em freguesias rurais que mantiveram 70% de comparticipação.

Há Municípios que lançaram Derrama. Em Chaves, enquanto a legislação não alterar e permitir a discricionariedade de podermos taxar com este imposto aqueles que realmente podem pagar – bancos, seguradoras e supermercados – não o lançaremos porque apesar de ser justo na raiz, iria penalizar sobretudo os empresários locais. Queremos manter a mesma realização de obras, apesar de termos menos recursos.

Distinguimos as seguintes áreas estratégicas: - *A Qualificação dos Cidadãos*; o Desenvolvimento Sustentado, tornando-nos um território cada vez mais competitivo seja no Turismo, no Termalismo, na Cooperação Estratégica com a Galiza; *a Coesão Social* (mantemos e vamos reforçar os apoios sociais, sobretudo na componente aos estratos sociais mais desfavorecidos); *a Valorização do Território*; *a Qualificação dos Serviços*. Em termos genéricos o Orçamento aposta nestas componentes, com prioridade absoluta para as obras co-financiadas em especial as que o são em 80%. Em 2011 há obras importantes que poderão ter início no terreno: é o caso da Fundação Nadir Afonso, cujo concurso de adjudicação já foi lançado; o Museu das Termas Romanas; o Balneário de Vidago, cujo projecto final já está na Autarquia desde ontem e o Centro de Competências em Turismo, Termalismo Saúde e Bem-estar, que consta do ponto que vai ser apreciado a seguir nesta Assembleia para adesão à Associação de Municípios, de fins específicos.

Tendo estas prioridades temos uma situação que se referiu na intervenção anterior e que é a questão do Pessoal. O Partido Socialista tinha por hábito falar aqui nos custos com pessoal; este ano poderá fazê-lo também, mas sem fundamento porque as despesas com pessoal vão diminuir em 2011 em cerca de 700 mil euros. Pela leitura dos documentos poderão verificar que toda a Receita tem os respectivos documentos de suporte para um Orçamento superior ao que terá realização objectiva. Gostava que o Mapa de Pessoal apenso aos documentos em análise fosse comparado com o do



ano anterior para poderem verificar o seguinte: Em 2009 tínhamos 134 contratos a termo certo e este ano temos apenas 59. As vagas, que não são novos lugares, apenas existem porque estão concursos a decorrer e esses lugares já estão preenchidos. O número real de funcionários da Autarquia é de 505. A nova Orgânica do Município longe de aumentar, vai diminuí-los. Na Internet estão os números dos últimos dez anos e poderão verificar a evolução do pessoal desde então.

Hoje não existe nada mais transparente do que as Contas do Município, desde a Direcção Geral das Autarquias Locais, que faz o controlo mensal da sua evolução, à Associação Nacional de Municípios todos têm acesso aos documentos.

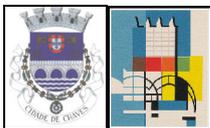
DEPUTADO ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que para a sua bancada a questão não é saber se a Receita está ou não documentada mas saber até que ponto é legítimo fazer uma certa previsão de Receita.

“Hoje mais do que nunca, a complexidade da conjuntura pela qual passamos exige documentos previsionais sustentados, realistas e em conformidade com as necessidades e capacidades do nosso Concelho. Esta premissa, que julgamos ponto de partida para todas as bancadas aqui representadas é, de facto, abordada no Relatório do Orçamento. Contudo, não nos parece que o conteúdo do próprio Orçamento se coadune com as dificuldades pelas quais hoje passamos.

Concretamente e Relativamente à Receita. Consideramos as verbas aí inscritas quase irreais. Numa altura de profunda recessão do investimento privado como poderemos prever a venda de lotes do Parque de Actividades e da Plataforma Logística. Quem poderá estar interessado na aquisição das antigas Escolas Primárias do Concelho. As Freguesias que não têm qualquer capacidade económica? Porquanto mais tempo se manterá a previsão de venda do Antigo Matadouro sem que se concretize. Onde estão os interessados para os terrenos que estarão na origem de uma receita de cerca de cinco milhões de euros? Isto nas Receitas de Capital, porque no que a rendimentos de propriedade concerne, continuamos com previsões por excesso porque, como sabemos, nunca se realizarão. A título de exemplo alguém acredita que a EHATB pagará à Câmara Municipal de Chaves quatro milhões de euros pela exploração energética? Não compreendemos como pode ser prevista uma Receita global no valor de cerca de 63 milhões de euros quando existem agrupamentos que todos sabemos que nunca se realizarão, aliás como em anos anteriores. Assistimos a um óbvio empolamento das Receitas que apenas serve para equilibrar o lado das despesas.

Na venda de bens de investimento, na rubrica “Edifícios” a Câmara Municipal prevê aumentar de 2010, para 2011 a receita em cerca de cinco milhões de euros. Uma taxa de crescimento de 764%. Olhando os números pelo lado político este documento previsional espelha as opções da actual gestão camarária em que para investir num lado temos de cortar no outro. Esta opção faz-se de acordo com ideias e projectos políticos.

É intenção da Câmara Municipal de Chaves manter o nível de investimento atinente à melhoria das condições de vida das populações. Mantêm-se a intenção de concretizar a construção das Piscinas Municipais, a recuperação do Cineteatro, a construção do Centro de Exposições. Não obstante, o financiamento da Administração Central ou Europeu já aprovado, haverá sempre uma parte do investimento que correrá por conta da Câmara. Qual a forma de concretizar esse investimento? Vai-se buscar à receita de capital empolado? Ou vai-se aumentar a capacidade de endividamento? Parece-me que tais projectos continuaram no papel como vem acontecendo desde 2006. É também intenção da Câmara Municipal combater a desertificação e promover o desenvolvimento rural. Assume este ponto importância fulcral para o bem-estar das populações, para o desenvolvimento económico do Concelho e, em última análise, para a fixação das pessoas em ambiente rural. No PS sempre defendemos que a



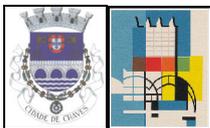
promoção da ruralidade, tanto na sua vertente económica, como na sua vertente cultural, ambiental e turística, será a forma mais cirúrgica de combater a desertificação rural. Qual plano é o da Câmara que até hoje ainda não vemos frutos? Que apoio à comercialização de produtos regionais existe? Será que é feito pela promoção igual à promoção do folar? À promoção do presunto? À promoção do fumeiro? À promoção das hortícolas de montanha? Considerará que promover os produtos locais é gastar mais dinheiro num evento como os Saberes e Sabores de Chaves que não tem qualquer suporte de nenhum tecido produtivo? Que promoção existe pelo associativismo, quando não houve, até hoje, qualquer diligência da parte da Câmara Municipal de Chaves em promover ou ajudar umas das Associações de criadores de gado mais representativas do Concelho. E continua este projecto de combate à desertificação rural com o apoio que se vê às Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia são o primeiro patamar de um Estado que se quer próximo do cidadão. Os Presidentes de Junta sentem as dificuldades, os temores, os anseios dos nossos concidadãos. A eles se deve a tarefa de auscultação das comunidades. Deverão, por isso, as Juntas ser apoiadas e valorizadas. Porque sabemos ser este o entendimento da Câmara Municipal, não compreendemos as opções tomadas e concretizadas pelo Orçamento.

Se por um lado se assume o reforço do relacionamento com as freguesias, partilhando competências e aumentando a capacidade de intervenção destas, por outro, reduzem-se tanto as transferências correntes como as transferências de capital. Não será possível às Juntas de Freguesia chegarem aos cidadãos se lhes não são transferidos meios. Numa altura de grandes exigências ao nível de gestão de dinheiros públicos, em que qualquer gasto deverá ser o mais eficaz possível ao nível da promoção da qualidade de vida das populações, em que as previsões orçamentais devem ser o mais realistas possível. A Câmara Municipal de Chaves apresenta, para aprovação, um documento completamente afastado dos factos, esquecendo a evolução dos acontecimentos nos últimos anos, o que não deixa outra alternativa ao Partido Socialista que não seja o seu voto contra”.

Terminou desejando a todos um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.

DEPUTADO ANTÓNIO PIRES ALMEIDA do PS – referiu-se às Proposta em análise, dizendo que foi com estupefacção que viu os números apresentados, dado apontar-se para que o ano de 2011 seja um ano de recessão.

“Poderia e deveria felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela mensagem de optimismo e esperança que nos transmitiu se este documento fosse credível. De acordo com aquilo que vem sendo dito todos os anos os números que aqui estão não são para executar. A execução orçamental de 2009 discutida, votada e aprovada no mês de Abril foi de 50.7%. Estava previsto arrecadar 61.570.000,00€, e só foram arrecadados 31.362.000,00€. Se tivermos em conta que na Informação económica agora distribuída a execução real neste momento é de 44% ficaremos longe das metas traçadas para 2011, o que se vai reflectir na não execução das obras inscritas. Houve várias obras que estiveram em Planos e foram retiradas sem terem sido executadas. É o caso da Ciclovía Chaves - Vila Pouca – Vila Real que agora é designada como Chaves – Vidago – Sul do Concelho. Em 2002 referi que havia um projecto que tinha sido candidatado ao Programa LIDER – requalificação da antiga linha do Corgo Chaves/Vidago. Nessa altura o Senhor Presidente propôs nesta Assembleia Municipal que se alargasse até Vila Real. O troço Pedras Salgadas – Vila Pouca de Aguiar está executado e electrificado, com 153 candeeiros. Na parte do Concelho de Chaves continua sem execução e alguns proprietários confinantes apoderaram-se de parcelas significativas do espaço pertencente à antiga linha do Corgo.



Também o Centro Escolar de Vidago foi retirado do Plano e Orçamento para 2011 sem qualquer explicação, contrariando a informação que o Senhor Presidente prestou sobre este assunto na reunião desta Assembleia Municipal de 28 de Abril (que citou). Estava previsto fazer-se o aproveitamento de energia geotérmica em cascata, como o Senhor deputado Manuel Norberto referiu na sua intervenção, com implementação na Quinta do Pinheiro em Vidago. Seria um projecto-piloto para ser difundido, que foi desmantelado em 2002 por este Executivo camarário; ainda veio no Plano Plurianual nos últimos dez anos, mas sem aplicação na prática.

Efectivamente os custos com Pessoal não vão subir significativamente em 2011, mas a prestação de alguns serviços diminui. É o caso da recolha de resíduos sólidos que é feita com pessoal de outra entidade e a jardinagem é feita por uma empresa externa. Entregando aos privados as competências da Autarquia, o número de funcionários tem de diminuir.

MANUEL NORBERTO DA COSTA SANTOS do PSD – pediu a palavra para responder ao Senhor deputado António Almeida dizendo que quando se referiu ao aproveitamento da energia geotérmica para as estufas que existiam no fruteiro, não disse que seria em cascata.

“Também não critiquei a Câmara até porque essas estufas são da responsabilidade da UTAD e acho lastimosa que aquela entidade não tenha levado avante o investimento que ali foi feito”.

DEPUTADO JORGE MANUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – disse que nenhum dos presentes deve esquecer as dificuldades impostas aos Funcionários Públicos deste País pelo Governo da Nação.

São dificuldades resultantes não só da crise internacional, que nos querem “vender” como única responsável pela diminuição dos ordenados –são os mais baixos da União Europeia – mas em especial da má gestão e de uma incapacidade de governação que o Partido Socialista tem feito nos últimos anos e que nos tem conduzido para a situação actual. Essa situação obriga as Autarquias e a grande maioria dos cidadãos a viver com extraordinárias dificuldades.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, teve o cuidado de dizer que, na medida do possível, vai tentar segurar os postos de trabalho das pessoas na Câmara Municipal de Chaves, posição que devemos louvar e enaltecer.

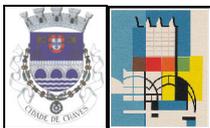
Desde que faço parte deste Órgão tenho verificado que o Município tem conduzido políticas sociais a vários níveis com o objectivo de proteger os cidadãos nas dificuldades que têm para sobreviver no seu dia-a-dia. Espero que as forças políticas tenham a coragem de mudar o rumo da política que se faz em Portugal e que essa mudança não seja só em favor dos grandes grupos económicos mas sim dos cidadãos mais desfavorecidos.

Desejo que todos os flavienses, independentemente do seu credo ou ideologia, saibamos unir-nos em defesa da nossa Região, aos vários níveis, nomeadamente na promoção e desenvolvimento do sector agrícola e avançando com o projecto da Associação da Confraria de Chaves para promoção do comércio local e dos produtos certificados.

Ao contrário do que foi dito numa intervenção anterior a Ciclovía tem avançado e melhorado e estamos a assistir à continuação da limpeza das margens do Rio Tâmega, a jusante da Ponte dos Agapitos, com a possibilidade de caminhar até Outeiro Jusão.

Terminou desejando a todos votos de Feliz Natal e um Bom Ano de 2011.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentos os presentes e em seguida disse que não era sua intenção intervir neste ponto, mas quando ouviu deputados do Partido Socialista referirem-se ao «no rigor da coisa



pública» e ao «rigor das despesas públicas» entendeu que devia dizer algumas palavras.

Como já foi aqui dito, nos últimos quinze ou dezasseis anos tem sido o Partido Socialista a governar o País, com maioria absoluta nos últimos cinco anos, conduzindo-o, com a sua política desastrosa, a uma crise profunda, escudado na crise internacional. Tem sido o Partido Socialista que tem vindo a desgastar o estado social e não o Partido Social Democrata.

A Proposta em análise apresenta tão só os Documentos Previsionais para 2011. Na Prestação de Contas verificaremos se houve empolamento ou não de algumas receitas. Estes documentos representam opções políticas e as opções políticas que o Partido Social Democrata tem vindo a tomar desde 2001, têm sido julgadas não só nesta Assembleia como também pelos cidadãos flavienses.

Terminou dizendo que a verdade é filha do tempo e não da autoridade.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara referiu que todo o dinheiro que veio de fundos comunitários destinado à agricultura, se escoou no Ministério da Agricultura.

“Eu digo esses fundos não vieram para desenvolver a agricultura mas sim para o bolso dos grandes latifundiários do Alentejo e nessa altura o Partido Comunista alertou para essa situação”.

O Senhor deputado António Almeida disse prever-se que estejamos em recessão. No entanto o seu Governo tem um discurso diferente porque continua a reafirmar que vai haver um crescimento económico de 0,7% em 2011, o que significa que nem os próprios deputados municipais do PS acreditam nisso. É claro que não vai haver qualquer crescimento, mas o discurso continua em alta.

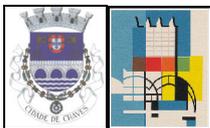
O Senhor Presidente da Câmara referiu que este Orçamento permite manter e, pontualmente, reforçar apoios sociais, facto que louvamos, porque este Governo da Nação, em plena crise a aprofundar-se, reduziu seriamente os apoios sociais. (No desemprego de longa duração, no abono de família e num conjunto de situações que afectam os que estão em maiores dificuldades).

O Senhor deputado Jorge Pinto de Barros disse na sua intervenção que este Executivo não transfere verbas para as Juntas de Freguesia. Eu pergunto-lhe. Então não foi este Governo que cegamente cortou 10% ao Fundo de Financiamento das Freguesias, sem ter em conta que há Freguesias onde esse peso é enorme? O que não pode haver é discursos dissociados.

Sobre o Orçamento todos sabemos que tecnicamente o valor da Receita tem que ser igual ao valor da Despesa. São as normas que vigoram. A CDU não pode estar presente na audição dos Partidos para dar a sua opinião sobre o Orçamento, mas isso não nos impede de termos a nossa opinião. E a opção - que nos parece válida do ponto de vista do raciocínio – de dar prioridade aos projectos comparticipados pelos fundos comunitários permite-nos fazer a seguinte interrogação: vamos executar os projectos mais úteis e necessários ou o critério vai recair apenas naqueles onde vem dinheiro de fundos comunitários? A melhor opção pode não ser esta. Os projectos comparticipados também obrigam a disponibilização de meios da Autarquia em 20%.

Em 2010 fez-nos falta um Plano B, mas em 2011 vamos necessitar de um Plano C. Temos um Governo que em nome da transparência continua incapaz de nos dizer quantos milhares de milhões de euros saem do bolso de todos nós para pagar o buraco do BPN e o inacreditável é que aos responsáveis por esse buraco não chegam quaisquer cortes.

Porque os documentos em análises contemplam aspectos que consideramos essenciais como é o apoio social, a CDU vai abster-se na votação do Plano e Orçamento para 2011.



DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V. T. GONÇALVES do PS – pediu a palavra para usar do direito de resposta porque, em seu entender, o Partido Socialista foi mal evocado por diversas vezes. Isto porque foi usada como arma de arremesso a política nacional que exige outro patamar, nomeadamente a discussão da política internacional e a política europeia.

O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha nunca teve responsabilidades de ter sido poder e pode vir aqui dizer o que diz.

“É uma pouca-vergonha o PSD utilizar, em termos municipais, a política nacional como arma de arremesso ao Grupo Municipal do PS porque o contrário também pode acontecer e convém que não aconteça. Vamos ver quem são as caras do descalabro BPN, quem é o candidato à Presidência da República que os dirigentes dos grandes grupos económicos e o PSD apoiam, quem quer governar com o FMI, quem quer despedir funcionários públicos, quem quer cortar mais nos salários e, acima de tudo vamos ver que é a política económica europeia liderada pela vossa direita do eixo franco - germânico que nos impõe tudo isto. E o Orçamento e o PEQ que quiseram que passasse”.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – pediu a palavra para defesa da honra da bancada do seu partido dizendo:

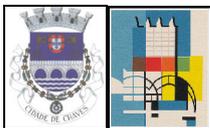
“Píncaro disse: «por vezes causa mais impacto, aquilo que se cala, do aquilo que se diz»

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados sobre o ponto em análise.

- O Senhor deputado **Jorge Pinto de Barros** na sua intervenção não colocou em causa a legalidade deste Orçamento. O facto de se usarem Receitas que poderão não vir a ser realizadas, para equilibrar o Orçamento também é legítimo. Efectivamente há Receitas que são utilizadas legalmente para equilíbrio orçamental. Mas isto não significa falta de transparência. Pelo contrário isto é rigor e transparência. Tivemos o cuidado de documentar todas as Receitas mesmo aquelas que sabemos que não serão realizadas, mas que são possibilidades. As Receitas do Município nunca ultrapassaram os 35 milhões de euros e nunca foram inferiores a 30 milhões de euros. Entre os 30 e os 35 milhões temos uma margem de Receitas que são efectivas, e é sobre esse montante que é calculada a Despesa da Autarquia. Gastamos em despesas correntes entre 18 e 19 milhões e o restante é para obras e outros investimentos. O Plano Plurianual de Investimentos equivale a 34 milhões de euros e inclui as situações que não temos a certeza de poder realizar em 2011. O valor restante é dívida e não está empolada/escondida como podem verificar se fizeram contas. Se temos um Orçamento de 63 milhões de euros, se temos uma Receita de 30 milhões, a Dívida tem de ser de 33 milhões de euros.

Incluímos no Orçamento a venda de património habitacional porque as casas sociais são vendidas à medida que as pessoas mostram interesse na sua aquisição. As instalações do antigo matadouro serão vendidas se aparecer comprador que dê o valor justo por elas; não vamos deixar que se degradem se tivermos a possibilidade de as negociar e utilizaremos esses recursos para outros investimentos necessários. Se não constassem do Orçamento, mesmo que aparecessem compradores não poderiam ser vendidas sem que fosse feita a respectiva alteração orçamental.

O documento de justificação da EHATB não se refere à produção de energia eléctrica (quatro milhões de euros é o valor da produção anual da Empresa). Esse valor representa o capital de participação do Município na Empresa e é utilizado de forma igual para equilíbrio orçamental. Nos últimos nove anos realizámos um volume incomparável de obras na história do Município de Chaves. Em 2011, com menos recursos, vamos procurar manter o mesmo ritmo de realização.



Sobre a promoção de produtos locais a Autarquia tem vindo a desenvolver a sua promoção da forma que nos parece mais adequada, mas estamos receptivos a receber sugestões para melhorar essa situação. Apresem alternativas.

As Juntas de Freguesia já são penalizadas com a diminuição das transferências do Estado, mas a Câmara Municipal não pode substituir-se ao Governo; as dificuldades em transferir verbas que foram objecto de protocolos são cada vez maiores, mas continuaremos a fazer as obras mais necessárias nas freguesias. Há uma centralização excessiva de transferência de dinheiros da Câmara para as Juntas de Freguesia; nos últimos nove anos foram transferidos onze milhões e meio de euros, que foram convertidos em muitas obras. Para além das obras feitas directamente pelas Juntas, mediante celebração de protocolos, há um enorme volume de obras que foi executado directamente pela Câmara Municipal em cada uma das freguesias; se a esse valor somarmos os onze milhões e meio transferidos directamente, verificamos que o total investido nas freguesias neste período de tempo, não é inferior ao investimento efectuado no meio urbano.

- Esclareço o Senhor deputado **António Manuel Pires Almeida** que o aproveitamento geotérmico a que se referiu não tem nada a ver com o que vem no Orçamento. Quando este executivo tomou posse em 2002, o projecto designados pelo “Antigo Fruteiro”, já não funcionava havia anos e nem o local pertencia à Autarquia; foi adquirido anos mais tarde. O que vem no Orçamento tem a ver com o aproveitamento da energia termal sobrando e expandi-lo a outros edifícios próximos para aquecimento.

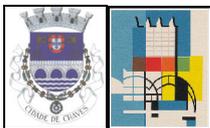
Sobre a contratação de serviços de jardinagem que referiu é bom ter em conta o aumento de área de espaços verdes havida nestes últimos anos. O número de jardineiros tem vindo a diminuir em função dos pedidos de reformas e, obviamente seria impossível, com menos colaboradores cuidar os espaços verdes que são hoje dez vezes mais. Só as margens do Tâmega têm mais área do que a restante que já existia antes, mais os fortes de S. Francisco e S. Neutel. Para além disso é mais económico para o Município fazer contratação desses serviços a empresas especializadas do que fazer concursos e admitir pessoal. O Partido Socialista exige obras, mas critica a manutenção dos espaços.

Neste momento não consideramos a Ciclovía como obra prioritária relativamente a outras, nomeadamente abastecimento de água, saneamento etc.

Relativamente ao Centro Escolar de Vidago o Senhor deputado efectivamente colocou essa questão na Assembleia Municipal realizada no passado mês de Abril. Nessa altura respondi-lhe que o Centro Escolar seria realizado, porque era essa a informação que eu tinha. Acontece que no mês de Maio mediante a aplicação da nova legislação que prevê a fusão de Agrupamentos e extinção das escolas com menos de 21 alunos, numa reunião da DREN o Senhor Director Regional disse claramente que o Centro Escolar de Vidago não era justificável. Isto porque quando foi calculado em 2008 havia 160 crianças do primeiro ciclo que ocupariam às oito salas previstas; de lá para cá o número de crianças diminuiu e neste ano lectivo tem apenas 125 crianças com a previsão de que em 2013 só tenha 85. Esta é a evolução do processo. Mediante essa situação a Autarquia entendeu que não devia perder este financiamento e teve a preocupação de o adicionar ao financiamento previsto para o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, com o compromisso de intervir no actual edifício do 1.º Ciclo de Vidago, para o adaptar a Jardim de Infância, ou vir a construir um espaço na Quinta da Freixeda se for necessário.

Sobre os terrenos que tinham sido negociados/acordados, mediante a nova situação, deliberámos não os adquirir e notificámos os seus proprietários.

Lembro ainda os Senhores deputados que quando fazemos obras primeiro temos de expropriar os terrenos e pagá-los no acto da escritura. E só em expropriações esta



Autarquia já pagou muitos milhões de euros. Só para os terrenos que adquirimos para a ligação que vem do Casino ao Centro da cidade foram pagos um milhão e setenta e seis mil euros em expropriações; vamos receber de fundos comunitários o equivalente a 10% do valor da obra que foi adjudicada por 3 milhões e duzentos mil euros.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** disse que devemos optar por executar as obras que são necessárias e não só as que são financiadas. Acontece que antes de apresentar as respectivas candidaturas fazemos previamente a triagem daquelas que são prioritárias.
- A Senhora deputada **Brigite Raquel** que achava que não se devia trazer para aqui a política nacional, não esteve mal falando efectivamente da política nacional.

A terminar disse há optimismo que não tem sustentabilidade mas esta Proposta foi feita com realismo e transparência e vai ser possível realizar as obras previstas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 84 votos a favor, 9 votos contra do PS e 5 abstenções – 2 do PS e 2 abstenções da CDU. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor deputado **Anselmo José Martins** do PS fez a seguinte declaração de voto: “Abstive-me na votação deste ponto porque quero crer que se abriu aqui um precedente. O Senhor Presidente da Câmara, pela primeira vez soube dizer o que é um Orçamento real do que era virtual. A partir deste momento e sempre que haja discussão sobre os Documentos Previsionais perguntarei sempre qual é a parte real e qual é a parte virtual e depois decidirei a minha intenção de voto”.

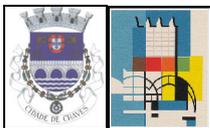
PONTO 5. PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS CIDADES DE TRÁS-OS-MONTES - ECOCITRAS – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS. PROPOSTA 83/GAPV/2010.

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que esta Proposta que vem no sentido de o Município de Chaves se integrar na Associação, que tem como finalidade a implementação do Programa Rede ECOCITRAS – Cooperação de Cidades Organizadas em Rede, bem como executar os projectos nele previstos, enquadrados na medida “Política de Cidades POLIS XXI” que permite a agrupamentos de cidades candidatarem-se a um projecto de interesses comuns entre essas mesmas cidades.

Os Municípios de Chaves, Valpaços, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Bragança e Miranda do Douro, apresentaram uma candidatura conjunta que foi aprovada. Ao Município de Chaves foi aprovado financiamento no valor global de 3,5 milhões de euros para o Centro de Competências em Turismo, Termalismo e Bem-estar, a instalar no Balneário Termal, na parte ainda não intervencionada, O total do investimento em Trás-os-Montes rondará os 12/15 milhões de euros e é o primeiro projecto comum para as seis cidades, na área do Turismo e da promoção de Trás-os-Montes. É por essa razão que tem de ser criada a Associação com Fins Específicos; solicitamos a esta Assembleia Municipal a necessária autorização para integrar a Associação e a aprovação dos respectivos Estatutos.

DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que o executivo camarário é adepto do Associativismo e que já perdeu a conta ao número de pedidos para integrar Associações.

Disse que bancada do PS vai votar favoravelmente esta Proposta. Os pressupostos apresentados são sempre interessantes. Pediu a relação do número de Associações a que o Município pertence e que seja feito o ponto da situação de algumas delas para saber os benefícios que vão sendo obtidos. Pediu esclarecimento sobre quais os desígnios internos de curto e médio prazo que se pretendem alcançar ao integrar esta Associação.



Terminou desejando a todos um excelente Natal e um Ano Novo cheio de realizações pessoais e profissionais.

DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se o Centro de Competências em Turismo, Termalismo e Bem-estar não esteve previsto ser instalado na Quinta dos Montalvões. Como o Senhor Presidente disse na sua intervenção que será instalado no Balneário Termal qual a razão da mudança deste equipamento. Perguntou ainda se não haverá incompatibilidade com o normal funcionamento do Balneário e do SPA associando-lhe esta estrutura que é uma Escola.

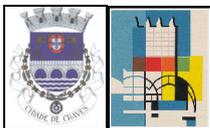
O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas, começando por apresentar as Associações a que o Município pertence e que são:

- Associação de Desenvolvimento do Alto Tâmega – ADRAT (já existia em 2001);
- Associação de Eleitos de Montanha (já existia em 2001);
- Associação Internacional de Cidades Educadoras – (já existia em 2001);
- AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega (já existia em 2001);
- Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (já existia em 2001 e neste momento está sem actividade);
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses (já existia em 2001);
- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (já existia em 2001);
- Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (já existia em 2001);
- Associação Chaves Viva – (criada na vigência este Executivo);
- Associação Termas de Portugal - (já existia em 2001);
- Associação Norte Portugal - (já existia em 2001);
- Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico - É uma secção da Associação de Municípios (já existia em 2001);
- Associação Portuguesa de Vilas novas Medievais Planeadas - (já existia em 2001);
- Associação Pró Centro – (criada na vigência este Executivo);
- Associação Promotora do Ensino de Enfermagem (já existia em 2001);
- Associação Promotora do Ensino Profissional - (já existia em 2001);
- Associação do Eixo Atlântico - (já existia em 2001);
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real – (Adesão recente);
- Associação do Fórum Ibérico de Cidades Amuralhadas – Gere projectos no âmbito do Eixo Atlântico – (criada na vigência este Executivo);
- Instituto de Água da Região Norte - (já existia em 2001);
- Instituto de Trás-os-Montes para o Investimento e Desenvolvimento Agro-industrial - ITIDAI (já existia em 2001);
- FIAVIFOMENTO – (criada na vigência deste Executivo);
- Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças – vai permitir o Centro de Documentação Ibérica em Chaves (criada na vigência deste Executivo);
- Associação com a Guiné-bissau - (criada na vigência deste Executivo);
- TUREL – Turismo Religioso (criada na vigência deste Executivo);
- QUALIFICA – Certificação de Produtos (criada na vigência deste Executivo);
- ECOCITRAS - (criada agora);

De salientar que nalgumas destas Associação não existe qualquer jóia a pagar.

O Senhor deputado **Anselmo Martins** perguntou o que é este projecto. Já expliquei que o projecto Ecocitras comum às seis cidades, intervém na área do turismo e, no caso de Chaves, intervém ainda na área do termalismo. Somos obrigados a associarmo-nos para que haja uma entidade que venha a gerir o projecto que terá a sua sede em Macedo de Cavaleiros.

A Lei do Associativismo em vigor diz que há Associações de Municípios de fins gerais e Associações de Municípios de fins específicos. A CIM / Trás-os-Montes é de fins gerais, e não pode gerir o projecto da Ecocitras porque a legislação que a regula não o



permite. A Ecocitras é uma Associação de fins específicos porque foi criada só para gestão deste projecto e pode ser extinta quando o mesmo estiver concluído.

O Centro de Competências em Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-estar esteve efectivamente previsto para a Quinta dos Montalvões; mas como o sector mais antigo do Balneário das Termas de Chaves foi intervencionado recentemente, entendeu-se que seria benéfico instalar ali o Centro, aportando mais-valias ao Balneário Termal e permitindo aos estudantes fazer as suas aulas práticas sem terem de se deslocar. Desta forma vai aportar ganhos efectivos de eficiência de gestão cumprindo com os objectivos inscritos no projecto Ecocitras.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 99 votos a favor, uma abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6. APROVAÇÃO À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA.

- TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DO IMÓVEL DESIGNADO POR “ESCOLA PROFISSIONAL DE CHAVES” PARA A ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA. PROPOSTA 84/GAPV/2010.

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que em 30 de Junho de 2010 esta Assembleia Municipal autorizou a hipoteca do imóvel denominado “Escola Profissional de Chaves” a favor da Caixa Geral de Depósitos, como garantia do financiamento a contratualizar pela Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega, no valor de 950 mil euros.

Entretanto a Caixa Geral de Depósitos reformulou a estratégia inicialmente estabelecida, sugerindo que o imóvel passasse para a titularidade da Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega e, conseqüentemente a sua hipoteca a favor daquela entidade bancária. A Associação passou a organizar-se através de unidades de participação cujo valor nominal é de 1.000€; dessas unidades metade do valor do imóvel pertence à Autarquia, sendo as restantes divididas em partes iguais pelos restantes parceiros, garantindo-se a posição maioritária da Câmara Municipal de Chaves. Desta forma está assegurado o financiamento da Escola Profissional tendo em conta o seu inquestionável interesse público, associado a um adequado funcionamento.

Tudo isto não altera os pressupostos e objectivos do que foi votado na última Assembleia Municipal; altera apenas a forma de atingir esses mesmos objectivos. Enquanto anteriormente passava pela cedência do edifício à Associação, agora passa pela integração do edifício numa Associação onde a Autarquia detém 1095 unidades de participação, a ACISAT 330 e a Santa Casa da Misericórdia outras 330 unidades. Desta forma é garantida ao Município a manutenção da sua posição maioritária e à Instituição é garantida a sua continuidade em termos de funcionamento normal.

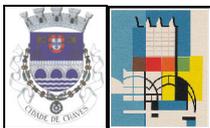
Perante o que foi explicitado pede-se à Assembleia Municipal que aprove a alteração dos Estatutos da Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega, oportunamente aprovados e a integração do edifício da forma antes mencionada de acordo com os objectivos apresentados em sessão anterior.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – Depois de cumprimentar os presentes disse a explicação prévia dada pelo Senhor Presidente resulta da acta da sessão de 30 de Junho de 2010 em que o que estava em causa seria uma conta caucionada.

“Entendo que a Proposta em análise é confusa, em termos de português, sobretudo a partir da alínea c) do nº. III – *da Proposta em Sentido Restrito*.

O Valor do imóvel é de 1.529 mil unidades de participação, considerando que metade desse valor são 765 participações, o Município passará a ter 1095 unidades – 765 +



330. As 765 são metade do total global e passarão a pertencer à Associação Promotora do Ensino do Alto Tâmega. As restantes 330 serão dos associados ACISAT e Santa Casa da Misericórdia. Se o valor do imóvel é de 1.529 mil chegamos à conclusão que 1095 unidades da Câmara, mais as 330 da ACISAT, mais 330 da Santa Casa da Misericórdia, mais 765 da Associação, temos um total global de 2.520 unidades. Não se entende o verdadeiro alcance desta nova Proposta e o que aqui se pretende.

Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse esta questão.

Terminou desejando a todos um Bom Natal.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que a Escola Profissional de Chaves, para o seu funcionamento, necessita de ter uma conta corrente caucionada.

Aquando da construção do edifício este foi financiado em 50% do seu custo, num total de 300 mil contos. Como a Escola não tinha capacidade financeira para pagar os 50% foi acordado com a Câmara Municipal de então que seria esta a pagar os 50% e ficaria titular do imóvel.

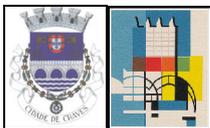
Recentemente a Escola teve necessidade de alterar a modalidade do aval que era assegurado com garantias pessoais. (um dos avalistas era o anterior Presidente da Câmara, o que não fazia qualquer sentido). Foi desenvolvido um processo junto da Caixa Geral de Depósitos no sentido de substituir os avais pessoais por um bem real. Esse bem passou a servir de garantia para o empréstimo. A Caixa Geral de Depósitos entendeu que esse bem patrimonial devia ser propriedade da entidade beneficiária do empréstimo, tendo sido desenvolvido todo um processo que permitisse passar o imóvel para a posse da Escola Profissional com vista à sua possível hipoteca. Como o imóvel era da Autarquia a Direcção da Escola entendeu continuar com a Associação sem fins lucrativos, mas passando a ser constituída por unidades de participação, em virtude de a Câmara Municipal entrar com o imóvel para suporte do empréstimo; este foi avaliado num 1.529 mil unidades, mas o valor com que a Autarquia entrou foi de 50% do total ou seja: 765 unidades mais 330 que representam a participação dos três associados e que perfaz o total do património. O diferencial representa o valor dos bens móveis que foram avaliados e corresponde um terço a cada parceiro; as 330 unidades de participação dizem respeito à partilha dos 50% do valor do imóvel a dividir por três, mais o restante do património a dividir por três. A Câmara Municipal participa com o valor do imóvel mais um terço da partilha. Os outros dois parceiros têm um terço da partilha dado que não entram com mais nenhum activo.

FRANCISCO NTÓNIO PINTO DE BARROS do PS – usou novamente da palavra para dizer que na verdade as coisas não lhe parecem tão claras.

“A alínea c) da Proposta em Sentido restrito diz que «Nesta conformidade o Município passará a ter 1095 unidades de participação, com o valor nominal de mil euros cada uma, em que 765 unidades de participação correspondem a metade do valor do imóvel em causa e 330 unidades de participação atribuídas a cada um dos associados (Câmara Municipal, ACISAT e Santa Casa da Misericórdia) correspondentes ao restante património da Associação». Então se metade do valor do imóvel é de 765 unidades, mais 765 perfaz 1.530 mil unidades, como é que se encaixam as restantes de 330 vezes cada associado.

Admito que pode haver aqui uma redacção menos feliz mas a verdade é que não está claro o que se pretende”.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – disse que é do interesse de todos entender o que está em causa nesta Proposta dado o interesse que o Ensino Profissional tem para o Concelho.



“O que me parece é que falta uma cifra no documento e que é o valor do Património. Temos o valor do imóvel e já concluímos que o valor do património é superior ao do imóvel.

Pela ordem de trabalhos o que estava em causa era a questão da garantia e sobre isto não resta qualquer dúvida porque passará a vigorar uma garantia real, ficando as pessoais sem efeito. O que foi aprovado nesta Assembleia Municipal em Junho, além da questão da transferência da garantia foi também um novo empréstimo para a tal conta caucionada, no valor de 950 mil euros. Nessa altura manifestei a minha preocupação quanto à gestão corrente da Escola e volto a colocar essa questão. Gostaria de saber por quantos mais anos estes 950 mil euros servirão de garantia de funcionamento da Escola. Uma coisa é ter esta dimensão de participações sobre o valor do património e do imóvel com a garantia de funcionamento continuado da Escola sem colocar a questão da venda do imóvel, outra é ter agora o reforço de 950 mil euros e daqui a um ano ou dois voltamos a discutir a autorização para a venda do imóvel.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – usou novamente da palavra para dizer que este processo advém dos procedimentos dos diversos quadros comunitários.

Quando cheguei à Direção da Escola Profissional já haviam sido contraídos alguns empréstimos, mas este procedimento não tinha nenhum efeito. Até ao segundo Quadro Comunitário os financiamentos eram por adiantamentos, recebendo a Escola todo o seu dinheiro antecipadamente. A partir do ano 2000 a forma de financiamento foi alterada e passou a ser feita através do processo de reembolso. Como é que a Escola que pagou os meses de Setembro, Outubro, Novembro, e o décimo terceiro mês o poderia ter feito se não tivesse uma conta caucionada. A Escola tem uma estrutura financeira, com um Técnico de Contas, um Revisor Oficial de Contas e é auditada pelo Fundo Social Europeu, pelo POPH e pela Inspeção Geral de Finanças. Acabámos com seis ou sete contas bancárias ficando apenas com uma e por cada cêntimo que sai entra um documento justificativo. É assim que funciona.

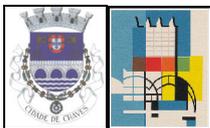
O que aqui está em causa é garantir o financiamento para o funcionamento da Escola. Na alteração aos Estatutos apenas se pretende que seja inflectido a participação dos parceiros. O imóvel está avaliado num 1.530 mil euros, a Câmara Municipal pagou 50% desse valor; os 50% que foram financiados foram divididos pelos três parceiros dando 55 mil euros a cada um deles. Os 75 mil que completam os 330 mil referem-se à partilha dos bens móveis da Associação. A Câmara Municipal com os 50% do imóvel tem 765 unidades de participação e como também é parceiro teve direito à partilha de mais o terço.

Este processo foi tratado com todo o rigor, com avaliações, com os Auditores, com o ROC, tendo chegado a este procedimento. Certamente é mesmo um problema de redacção.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – usou da palavra para pedir mais um esclarecimento.

“Neste momento o titular daquele edifício onde funciona a Escola, que tem um determinado valor é da Câmara. Tenho consciência que só com esta engenharia financeira que está a ser feita é que a Escola Profissional conseguirá suporte para continuar a funcionar. Há aqui um património que é municipal e que, de certa forma, estamos a alienar em prol de uma Associação que visa a prossecução do Ensino Profissional em Chaves e eu pergunto: Porque é que não estão imediatamente garantidos os 100% do valor do edifício e apenas 50%?

Entendi que as Unidades de participação totalizavam 1530, sendo que 750 equivaleriam ao valor patrimonial do imóvel. No caso de venda, por dissolução da Instituição, o Município estará perfeitamente salvaguardado porque detém as unidades de participação que garantem a reversão de todo o património a favor da Câmara; a



única coisa que será divisível pelas outras Instituições na proporção de um terço para cada, serão os móveis. Com esta distribuição isso não está garantido. Eu quero salvaguardar o ensino da Escola Profissional sem lesar o Município e isso deve ficar devidamente definido. Com esta redacção eu voto contra.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – voltou a usar da palavra para dizer que todo este processo é isento, claro e transparente para quem esteja de boa fé a analisá-lo.

“A Escola foi financiada em 50% e a Câmara assumiu os outros 50%. Se os três parceiros tivessem na altura capacidade financeira para suportar o empréstimo hoje o imóvel seria um terço de cada parceiro. O empréstimo foi contraído em nome da Escola Profissional e quando se chegou à conclusão que não havia condições do pagar foi acordado que o financiamento seria suportado pela Câmara Municipal; mas para não recair na sua capacidade de endividamento entendeu-se que continuaria a ser pago pela Escola o que aconteceu até Dezembro de 2009 com a Autarquia a transferir o subsídio em duodécimos. A Escola entendeu que deveria honrar o compromisso que tinha e procedeu à transferência do imóvel para o Município. O objectivo é resolver uma questão que é importante para a Escola Profissional de Chaves.

O futuro da Escola não está em causa. Há um compromisso do Estado que garante a sua sustentabilidade quando acabarem os Quadro Comunitários; há Escolas que deixaram de ser financiadas pelos Fundos Comunitários, passaram a ser financiadas pelo Ministério de Educação e estão a funcionar muito bem. Entendo que obrigar a Autarquia a entrar com o valor total do imóvel, seria, em meu entender, uma injustiça porque os parceiros seriam altamente prejudicados de um valor que também beneficiaram. A Câmara Municipal pagou 50% e vai entrar com esses 50%”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA usou novamente da palavra para dizer o seguinte:

O edifício vale 1.530 mil euros. A Autarquia pagou metade desse valor e a questão que se coloca é se tendo entrado com metade do valor do edifício deve entrar agora, na nova sociedade, com a sua totalidade ou só com a metade que pagou e colocar o imóvel no património municipal. E perguntamos agora: ao ser criada a Associação a Autarquia entra com o valor total ou só com os 50% que pagou? O que está em causa é saber se da totalidade das participações a Câmara tem um valor e se os restantes parceiros têm 330 unidades ou apenas 75.

Esclarecida a questão dos números entendo que esta Associação, com estes valores ou com esta relação de forças, salvaguarda a posição da Câmara e ao mesmo tempo permite à Instituição Escola Profissional garantir o seu funcionamento, nos moldes que foi explicado, sem colocar em causa o futuro.

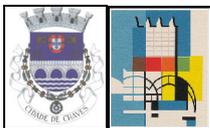
BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.TOMÁS GONÇALVES do PS – voltou a usar da palavra para dizer que não põe em causa a justeza do procedimento.

“Tratando-se de dinheiro público e de um imóvel do Município, o que eu ponho em causa, nesta fase da discussão, será então com a mesma justeza, e preciso da resposta, qual foi, em termos percentuais o valor da participação dos parceiros na fase inicial, para saber se a tal proporcionalidade que existe de 50 / 50% para a Câmara se reflecte agora nestas contas. É que o princípio é o mesmo e eu não sei com quanto participaram a ACISAT e a Santa Casa da Misericórdia”.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – voltou a usar da palavra para dizer que certamente houve falta de explicação na destrinça dos números.

“Coloco esta questão: não seria mais gravoso para a Autarquia dar um seu bem como garantia à Caixa Geral de Depósitos para que a Instituição – Escola Profissional - pudesse gerir o valor do património?

Neste caso a Autarquia fica garantida porque fica com a maioria as participações no capital da Associação. Entendo que desta forma fica melhor defendida a posição do



Município do que a que tinha sido adoptada anteriormente onde abdicava de um bem dando-o como garantia a um terceiro que o ia gerir da forma que entendesse.

O valor colocado pelos três parceiros – Câmara Municipal, ACISAT e Santa Casa da Misericórdia – para além dos 750 mil euros, foi o valor do financiamento de 50% a fundo perdido traduzindo-se numa mais-valia para esses parceiros. Esse património dividido pelos três parceiros dá os tais 255 mil euros, que acrescentando-lhe os 75 mil referentes ao valor dos bens móveis soma os 330 mil euros”.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – usou da palavra para dizer o seguinte:

“Na minha maneira de pensar o que está em causa sobre a Instituição é o aumento das garantias públicas, isto é: Existem duas entidades - uma Associação e uma Escola. Antigamente a Associação que era a dona da Escola tinha três sócios que detinham um capital igual dividido em partes iguais, com a ACISAT e a Santa Casa a deter 66% dos direitos. Neste momento estas duas entidades passam a deter apenas 25% desses direitos. As garantias públicas que eram minoritárias passam a ser sobejamente maioritárias. O edifício antigamente estava entregue para penhora; se essas duas entidades – A ACISAT e a santa Casa fizessem uma má gestão o imóvel servia de garantia e a Câmara ficava sem ele na mesma, sem poder protestar porque os outros dois juntos tinham mais capacidade de gestão. Nas condições actuais se a Instituição funcionar mal a culpa recai toda na Câmara Municipal que é a dona da Associação, que por sua vez é a dona da Escola toda. Ou seja a Câmara ficou dona de tudo com dois sócios minoritários. Esta situação, na minha óptica, em termos de garantias para quem lá trabalha é superior. A autorização anterior dada pela Assembleia Municipal era mais gravosa do que esta porque o que agora a Câmara está a fazer é chamar o edifício à sua propriedade porque é ela a titular da Associação”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA usou novamente da palavra para fazer a seguinte proposta:

Colocar nos Estatutos um artigo a dizer que no caso de extinção da Associação o edifício reverte para a posse da Câmara Municipal.

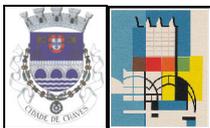
JOÃO MIRANDA RUA do PSD – voltou a usar da palavra para dizer que concorda em absoluto com a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, no entanto o que está aqui a ser votada é a participação do parceiro Câmara. Mas há mais dois parceiros e as suas Assembleias-gerais podem não concordar com esta alteração porque o que elas vão aprovar é a Proposta que está em discussão. A Autarquia só poderá ter esse poder quando for feita a escritura dos novos Estatutos. Esta alteração é para a Câmara, mas os outros dois parceiros também têm a sua posição e vão abdicar de uma posição confortável para esta situação desconfortável.

O futuro da Escola tem outra estabilidade se a Câmara Municipal for detentora da maioria e controlar a estrutura. A alteração aos Estatutos só será feita depois das reuniões da Assembleias-gerais dos parceiros.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que em função da conclusão da discussão sobre este ponto entende que deve ser introduzido nos Estatutos um artigo que diga: «no caso de extinção da Associação o edifício reverte para a posse da Câmara Municipal de Chaves».

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 99 votos a favor, 1 voto contra do PSD e zero abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor deputado **António José dos Santos** do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “ o meu voto contra não é propriamente sob a matéria em causa, mas sim com a Escola Profissional. A Escola Profissional é para servir as pessoas que dela necessitam e quando eu necessitei da Escola Profissional não foi atendido como devia. Deixo aqui o meu protesto contra as pessoas que a dirigem ”.



A Senhora deputada **Brigite Raquel Bazenga V.T. Gonçalves** do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “Saúdo os trabalhos desta Assembleia porque esclarecimentos são isto mesmo. Hesitei entre o voto favorável e a abstenção. Inicialmente a minha posição era no sentido de votar contra mas acabei por votar favoravelmente, dando o benefício da dúvida com a garantia que o Senhor Presidente da Câmara acabou de nos dar, da introdução deste ponto nos Estatutos, com a salvaguarda que o imóvel se mantém na tutela municipal, no caso de extinção da Associação e que os 950 mil euros garantem o normal funcionamento da Escola”.

PONTO 7. RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIM-TM.

O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que não foram distribuídos documentos sobre esta Proposta porque é rigorosamente igual à anterior. Entretanto houve a Assembleia Intermunicipal e é necessário fazer uma rectificação do que já foi feito e nos mesmos moldes.

DEPUTADO NELSON PAULOP GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que no seguimento dos esclarecimentos que tinha prestado na Assembleia Municipal do dia 29 de Setembro, pretende acrescentar que foram realizadas mais duas reuniões da Assembleia Intermunicipal da CIM; uma em 15 de Outubro, onde foi aprovado por unanimidade o Regimento Interno e esta alteração de Estatutos por maioria. Realizou-se nova reunião no dia 13 de Dezembro onde foi aprovado por maioria o Plano de Actividades e Orçamento para 2011.

Informou ainda que em 2009 a Presidência da CIM era exercida pelo Município de Alfândega da Fé, em 2010 a Presidência foi exercida pelo Município de Boticas, em 2011 será exercida pelo Município de Bragança e em 2012 será exercida pelo Município de Chaves.

Terminou desejando a todos um Santo e Feliz Natal e Ano de 2011 melhor do que o de 2010.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NA QUINTA DOS MONTALVÕES EM OUTEIRO SECO (art. 83).

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que quando justificou a urgência de introduzir este ponto na ordem de trabalhos desta Assembleia informou o seu objectivo.

Aproveitou para desejar a todos um Bom Natal e que 2011 seja um Ano Feliz para todos.

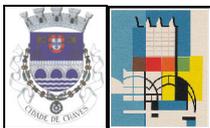
DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – usou da palavra para manifestar o seu agrado pelo facto deste ponto ter sido agendado.

Perguntei-me se seríamos capazes de aprovar o loteamento na Câmara Municipal a tempo de o poder trazer a esta Assembleia ainda em 2010. Este foi o ano instituído como ano da pobreza e exclusão social e esta operação de loteamento é para disponibilizar à Associação Flor do Tâmega o espaço para poder construir as suas futuras instalações.

Informo esta Assembleia que nas candidaturas apresentadas em Março a da Associação Flor do Tâmega teve a pontuação máxima que era possível com a exclusão da posse do terreno. Cumprindo este desiderato estaremos em condições de aceder às novas candidaturas, para bem destas crianças.

Terminou desejando a todos um Bom Natal e um Ano de 2011 cheio de realizações pessoais.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 05/2010

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão desejando a todos um Santo Natal e um Feliz Ano Novo. Para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____